

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES. UNÍ-VOS!

A Classe Operária



ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 - VI FASE - Nº 61 - 14 de junho de 1991

Cr\$ 100,00

PA-AM-RO-AC Cr\$ 120,00



USIMINAS EM LEILÃO



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Volta com Classe

Caro leitor, revolucionário, democrata, lutador pela liberdade e o progresso, militante, filiado ou simpatizante do PCdoB: temos uma boa notícia e um apelo para você.

A **Classe Operária** volta a circular regularmente. Mas para retomar sua atividade o jornal precisa da colaboração de todos com a crítica dos erros e insuficiências, sugestões, informações, cartas, apoio material, divulgação junto aos amigos e colegas de trabalho.

Temos que cumprir a função de instrumento de informação política e porta-voz dos sentimentos de rebeldia de nossa gente. Mas sabemos que esta tarefa é coletiva, não pode ser cumprida nos estreitos limites das quatro pare-

des de nossa sede.

O jornal é do Partido, dos operários, do povo. Só pode sobreviver se sua mensagem encontrar respostas ativas entre os leitores.

Na complexa atividade de construir o Partido da revolução, destaca-se em particular o esforço para a criação de um jornal nacional. Lênin comparou o jornal aos andaimes que se levantam em torno de um edifício em construção, facilitando as relações entre os trabalhadores, ajudando-os a distribuir as funções e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado.

No funcionamento partidário, a informação que circula nas páginas do periódico é essencial para

vitalizar a democracia. Da mesma forma, a unidade de ação exige que cada organismo de base receba análises fundamentadas do que acontece no país e das reações de cada setor social, assim como diretrizes precisas do partido diante da situação que se cria a cada momento.

A **Classe Operária** não é apenas o jornal do partido, entretanto. Interessa a todos os setores que não se conformam com o Brasil transformado em mercadoria corrompida, fácil e barata, entregue aos monopólios estrangeiros a pretexto de inserir o país no primeiro mundo. Interessa aos que não concordam com a capitulação e colaboração com Collor com a desculpa esfarrapada de "postura positiva", e, pe-

lo contrário, exercem uma oposição firme e decidida ao entreguismo e autoritarismo do Planalto.

A **Classe Operária** é arma que servirá a todos que ousam contrapor-se à falsa modernidade da conciliação entre explorados e exploradores e sabem que não existe esperança de liberdade para os trabalhadores senão pela construção revolucionária de uma nova sociedade socialista.

O jornal será igualmente uma ferramenta para atacar os erros e debilidades teóricas e práticas do socialismo, realizar a auto-crítica necessária para retomar a luta pelas transformações sociais em novo patamar.

A partir de julho a **Classe** volta a circular regular-

mente de 15 em 15 dias, com 12 páginas. Sua vida e renovação editorial e gráfica serão resultados da mobilização do conjunto de ativistas, militantes e amigos, e da equipe de redação que o camarada Dilermando Toni passa a dirigir.

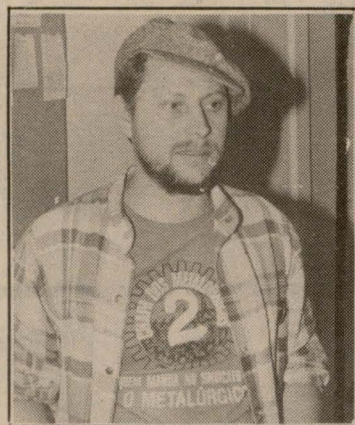
De imediato a redação vai se apoiar em correspondentes em alguns Estados. Mas a idéia é dispor de uma rede nacional de colaboradores - nunca é demais ousar - nas capitais e no interior. E a partir de agora teremos um espaço para publicar as opiniões dos leitores sobre o que se quer com o jornal e as mudanças necessárias. Você está convocado para, além de leitor, fazer parte de um grande conselho editorial nacional.

Dar a volta por cima

A partir do seu próximo número **A Classe Operária** começará a dar a volta por cima. Após três anos o projeto anterior esgotou-se, foi perdendo a sintonia com os problemas e lutas enfrentados pelo partido. Sem o oxigênio da militância, que é a única coisa que pode manter o jornal vivo, as dificuldades, inclusive financeiras, foram se acumulando. Se é verdade que o partido precisa de uma publicação nacional, é igualmente verdadeiro que a **Classe** tem que estar à altura do partido.

Um novo projeto editorial e gráfico começa a ser construído. Realizaremos dia 22 de junho em São Paulo uma reunião com ativistas do partido ligados ao jornal para discuti-lo. A partir daí, em espaço garantido, a militância fará regularmente a crítica da **Classe**. O objetivo da equipe que ora se estrutura é não perder o vínculo com os problemas do partido e com os sentimentos e opiniões das parcelas mais avançadas e progressistas de nossa sociedade. Se conseguirmos isto, realizaremos o sonho de trans-

formar **A Classe Operária** num periódico semanal com uma tiragem muito maior que os 15 mil desta edição. Abaixo, algumas opiniões sobre o jornal.



"Hoje, mais do que nunca, é imprescindível que o jornal **A Classe Operária** continue o combate, circulando no maior número de mãos possíveis e se adaptando às complexidades do nosso tempo; que polemize, que traga matérias especialmente interessantes para a classe operária,

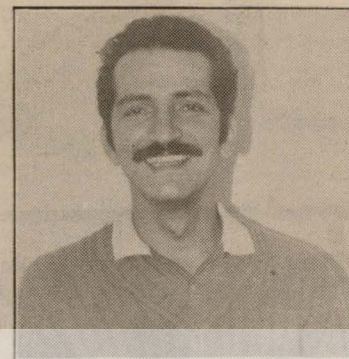
que investigue de fato os mais variados fenômenos políticos, sociais e científicos; que abra espaço em suas páginas para os aliados da nossa classe e que se traduza numa linguagem ampla e acessível a todos que o lerem." Joel Batista, operário ferramenteiro, membro da direção do PCdoB em São Paulo.



"A importância de **A Classe Operária** para os trabalhadores está em função do seu conteúdo teórico e prático, que nos ajuda

a enfrentar a exploração capitalista. A seriedade de suas matérias faz com que os trabalhadores confiem no jornal e lutem para mantê-lo de pé."

Edmundo Vieira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim.



"O jornal **A Classe Operária** inscreve-se nos episódios mais importantes das lutas sociais no Brasil. Confunde-se, sua trajetória, com a resistência dos oprimidos contra a exploração. Incorpora as batalhas dos democratas em defesa da liberdade e das forças progressistas em prol da so-

berania nacional. Por isto sua publicação é uma necessidade permanente a estimular o espírito de luta do nosso povo."

Aldo Rebelo - deputado federal do PCdoB-SP.

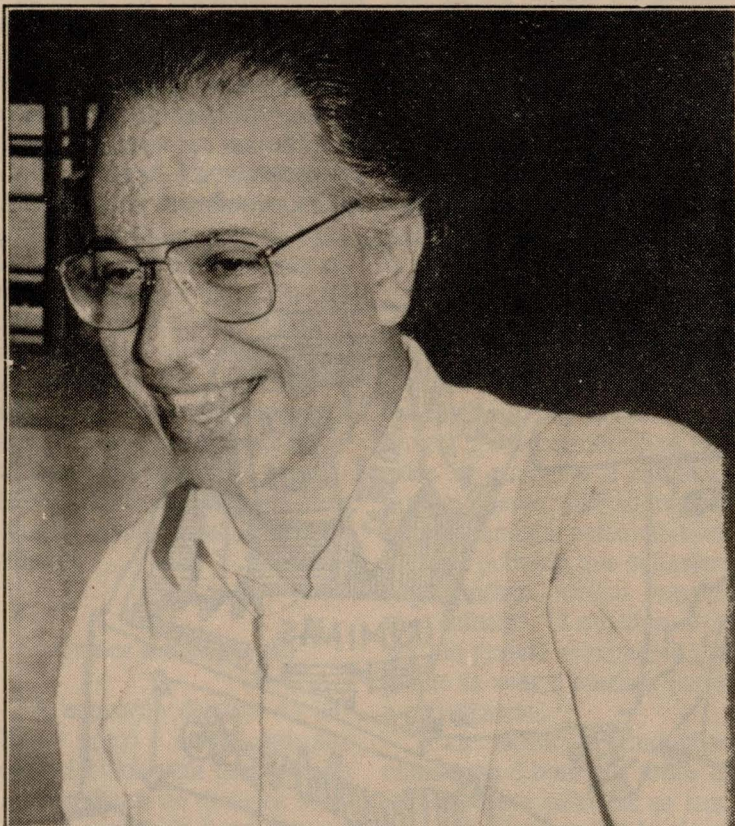


"A hora é de dificuldades no campo político e ideológico, momento indispensável, portanto, para fortalecer a imprensa democrática e popular. **A Classe Operária** tem papel essencial a cumprir na luta popular no Brasil. É dirigida pelo Comitê de Direção Nacional do PCdoB.

Voto distrital é coisa da elite

Entrevista concedida a Moacyr de Oliveira Filho

Derrotado na Assembleia Nacional Constituinte, graças à pressão dos militares, dos partidos conservadores e do governo do então presidente José Sarney, o parlamentarismo volta, agora, a ser debatido com intensidade. Nos últimos dias, no Congresso Nacional, o deputado Ulysses Guimarães lançou uma campanha pró-parlamentarismo, junto com parlamentares de outros partidos, como o PSDB e o PFL. A campanha de Ulysses, no entanto, não abrange o conjunto das forças políticas que defendem o parlamentarismo. Ao contrário, ela restringe esse espectro na medida em que faz uma explícita e direta vinculação entre o parlamentarismo e o voto distrital. Os partidos de esquerda, entre eles o PCdoB e o PSB, discordam frontalmente dessa vinculação e alertam para o risco de se estar buscando construir um parlamentarismo conservador e de direita no país, que surja como uma alternativa de salvação do governo Collor e das classes dominantes. Nesta entrevista, o líder do PCdoB na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima, comenta a posição do partido sobre essa questão, fala contra o voto distrital e defende uma campanha progressista de esclarecimentos sobre a necessidade de se lutar por um parlamentarismo progressista, democrático e popular, com a manutenção do voto proporcional para as eleições parlamentares.



Haroldo: pelo parlamentarismo, mas com voto proporcional

Executivo e o Legislativo. Para que isso ocorresse era necessária a manutenção do voto proporcional, garantia maior da democracia representativa. Ganhamos o voto proporcional e por muito pouco não conquistamos o parlamentarismo. Agora, diversos setores que, naquela oportunidade, foram contra o parlamentarismo, como num passe de mágica viraram parlamentaristas. Um deles é o deputado Ulysses Guimarães que, na Constituinte, como presidente da Assembleia, não mexeu uma palha para que o parlamentarismo fosse aprovado. Então, nós achamos estranho esse movimento, principalmente porque eles estão vinculando o parlamentarismo com o voto distrital e com isso nós não concordamos. O que eles querem é introduzir um parlamentarismo conservador e reacionário no país e nós não participamos desse complô.

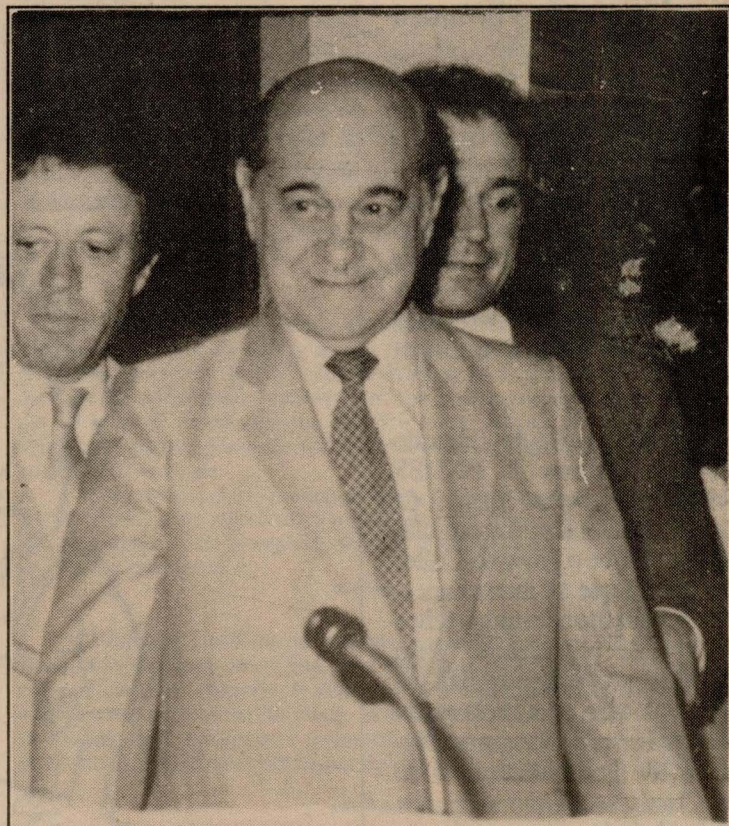
Classe - Mas o PCdoB ainda defende o parlamentarismo?

Haroldo - Nós defendemos o parlamentarismo porque entendemos que ele é um sistema de governo mais democrático, progressista, que permite uma maior participação do povo na condução dos destinos do país. Mas, para que possa cumprir com esse papel, o parlamentarismo necessariamente

deve vir acompanhado do voto proporcional e de profundas reformas no funcionamento do Congresso Nacional. Parlamentarismo com voto distrital e com esse Congresso que temos seria um retrocesso imenso. Nós teríamos um parlamentarismo de direita, onde as classes dominantes dariam todas as cartas.

Classe - Por que o PCdoB é contra o voto distrital?

Haroldo - No nosso entendimento, a introdução do voto distrital na legislação eleitoral brasileira representa um grave retrocesso. Ele contribuiria para esmagar os pequenos partidos, principalmente os partidos progressistas, de esquerda. O voto distrital municipaliza as eleições, aprofunda a influência do poder econômico e beneficia os candidatos fisiológicos e conservadores. O ex-presidente Tancredo Neves dizia que com o voto distrital seriam eleitos em 1º lugar os grandes proprietários de terras, em 2º lugar o vigário, em 3º lugar o tabelião e, em 4º lugar, o prefeito. Além disso, o voto distrital esmaga as minorias e, portanto, é um golpe mortal na essência da democracia representativa que é o direito de manifestação e expressão das minorias. O deputado Miguel Arraes, o mais votado do país, comentou,



Tancredo já dizia que o distrital favorece o poder econômico

recentemente, que nem ele seria eleito com o voto distrital.

Classe - A vinculação entre parlamentarismo e voto distrital está atrapalhando a campanha pelo parlamentarismo?

Haroldo - Está. Além do PCdoB, diversas forças políticas que defendem o parlamentarismo e o voto proporcional, não estão participando dessa campanha chefiada pelo deputado Ulysses Guimarães e por outros parlamentaristas de última hora. O deputado Jamil Haddad, presidente do PSB, protestou, na semana passada, contra um Seminário que está sendo patrocinado pelo Senado Federal com o tema "Parlamentarismo e Voto Distrital", criticando e condenando essa explícita vinculação. Nós do PCdoB também já havíamos protestado contra isso e nos recusado a participar desse Seminário. Na verdade, o que esses setores conservadores estão querendo é excluir do debate do parlamentarismo todos aqueles que querem um sistema progressista e avançado, com voto proporcional.

Classe - Essa omissão não prejudica o debate?

Haroldo - Nós não estamos omissos. Pelo contrário. Os setores de esquerda, que defen-

dem o parlamentarismo e o voto proporcional, estão articulados e pretendem desencadear em breve uma campanha própria para mostrar ao povo o parlamentarismo que queremos e denunciar aqueles que querem o parlamentarismo conservador e reacionário, como uma mera tábua de salvação das elites brasileiras.

Classe - E qual a posição do PCdoB em relação à antecipação do plebiscito previsto na Constituição para 1993 para definir o sistema de governo?

Haroldo - Nós somos contrários a qualquer tentativa apressada de antecipação desse calendário constitucional. Entendemos que o plebiscito deve ocorrer na data marcada pela Constituição e ser precedido de um amplo debate com toda a sociedade brasileira sobre o tema. Mas um debate franco, claro, onde todas as posições possam ser divulgadas e discutidas. Não um debate manipulado e tendencioso como esse de Ulysses Guimarães e outros estão pretendendo. Nós não queremos que o parlamentarismo seja encarado como uma panacéia para dar governabilidade ao Collor. Mas sim, um sistema de governo progressista para tirar o país da crise.

A doação da Usiminas

O governo Collor anunciou para o próximo dia 24 de setembro a primeira etapa do leilão da Usiminas. É o início do plano de privatizações que começa pela entrega do que há de mais produtivo e avançado em nosso parque siderúrgico. O preço fixado e as condições do leilão não deixam dúvidas quanto à ameaça concreta que pesa sobre nossa soberania.

A manutenção de Eduardo Modiano à frente do BNDES quando da recente queda da equipe econômica, foi um claro sinal de que o governo Collor não queria que se interrompessem os trabalhos e estudos feitos na área de privatização. Pelo contrário, procuraria agilizá-los pois, até então, não havia resultados práticos do Programa Nacional de Desestatização e de sua Comissão Diretora criados desde abril do ano passado.

Ao assumir, a nova equipe econômica, encabeçada por Marclio Marques Moreira, de inteira confiança da oligarquia financeira internacional, prometeu num curto prazo "mostrar serviço" quanto à venda das estatais brasileiras. Tomada a decisão política, haveria que se encontrar resposta à questão

de por onde começar. Seria preciso escolher uma empresa que fosse capaz de atrair e recompensar de imediato a "iniciativa privada" pois, desse primeiro passo, dependeria o sucesso de todo o processo das privatizações.

A decisão governamental re-

caiu sobre a Usiminas assim avaliada no edital de 29 de maio: "A Usiminas é empresa líder no mercado doméstico, competitiva internacionalmente, capitalizada e bem administrada. Necessita, entretanto, ser transferida ao setor privado para manter e melhorar sua posi-

ção competitiva. Os constrangimentos advindos do controle acionário estatal devem ser eliminados..."

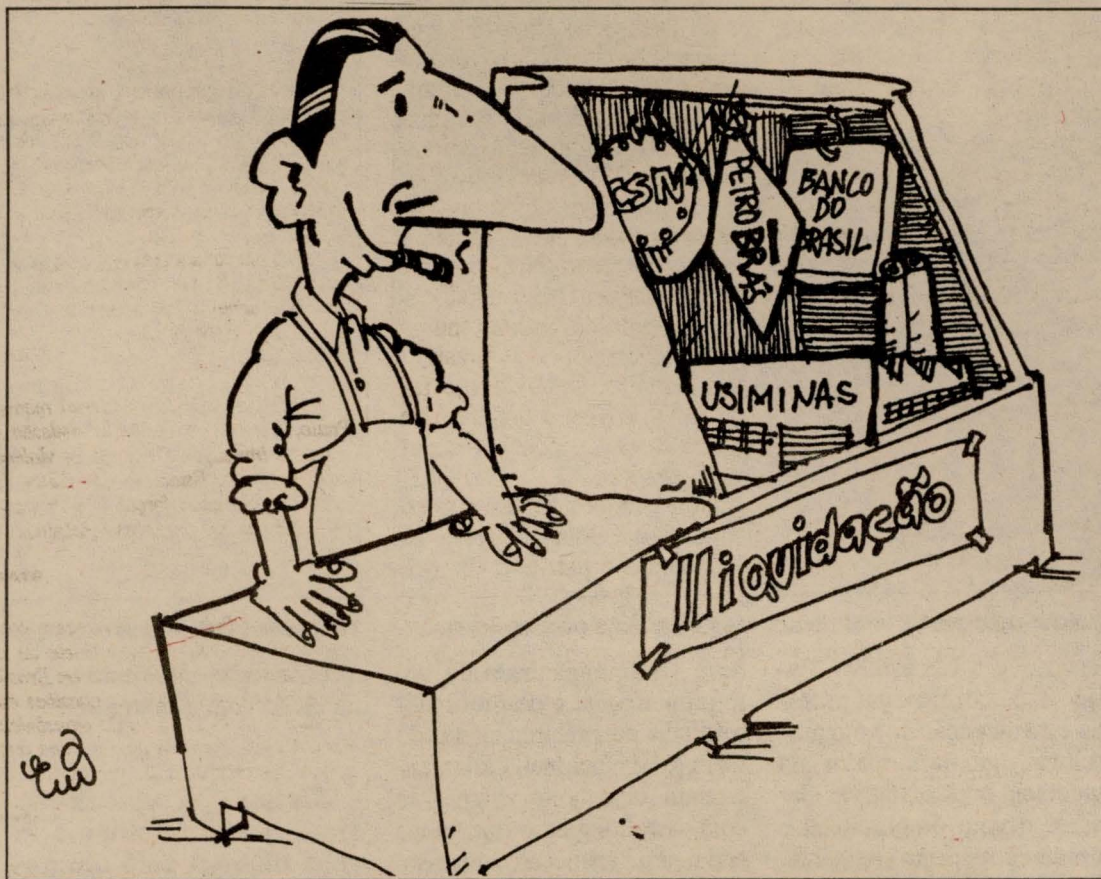
Mas caberia perguntar: onde fica o discurso de que as estatais devam ser vendidas pois representam um ônus para o país e contribuem decivamen-

te no perfil do déficit público, etc.? As intenções do governo Collor de "modernização da economia brasileira", ficam ainda mais mal disfarçadas quando se fala em "constrangimentos" advindos do controle acionário estatal. Na realidade, o que está em curso no Brasil é a transição para um outro tipo de desenvolvimento capitalista onde os monopólios e oligopólios internacionais avançam sobre tudo o que resta de nacional. Tudo o que não se enquadra nesse novo projeto de dominação causa "constrangimentos"...

Quem comprará a Usiminas?

Os critérios adotados para a fixação do preço do leilão visaram "facilitar" o negócio. Foram estabelecidos não em função do patrimônio da empresa - onde, descontadas dívidas e depreciações, chegaria-se tranquilamente à casa dos US\$ 6 bilhões - mas na capacidade de retorno imediato, ou seja, no fator de lucratividade em relação ao faturamento anual da empresa.

Assim, a avaliação oficial que está fixada em US\$ 1,5 bilhão causou alvoroço entre os grandes grupos econômicos. Além do preço sub-avaliado, não será preciso desembolsar dinheiro vivo pois poderão ser



"Precisamos barrar a privatização"



É preciso uma resposta mais incisiva à privatização. A opinião é do deputado estadual Ivo José, do PT-MG, que falou à *Classe Operária* sobre a "doação" da Usiminas.

Classe - Como o movimento popular está se comportando diante das privatizações do Governo Collor?

Ivo - A sociedade espera do movimento popular uma resposta mais incisiva contra a "doação" das empresas estatais promovida pelo governo. Precisamos unificar o apoio de todos os segmentos democráticos, das entidades civis, dos sindicatos e de associações populares, na luta contra as privatizações, pois elas configuram como um crime contra o patrimônio público. No caso específico da Usiminas, uma estatal produtiva e eficiente, graças ao esforço e trabalho de seus empregados, está sendo vendida por 1,5 bilhão de dólares, mesmo tendo seu patrimônio avaliado

em quase 8 bilhões de dólares. Além disso, não participa desta negociação moeda forte - dólar ou outra. Ela será repassada através da troca de títulos sem nenhum valor. Perdem o Estado, o país e toda a sociedade.

Classe - Qual o papel do governador Hélio Garcia neste processo?

Ivo - O papel do omissor. Ou melhor, da subserviência do Estado aos interesses do governo federal. A troca de migalhas, o governador Hélio Garcia simplesmente silenciou diante da privatização da Usiminas, chegando até a admiti-la, está tendo a mesma postura que adotou no caso da Minascaixa, um patrimônio de 60 anos do povo mineiro, que foi liquidado através de um ato autoritário com a conivência do Governo de Minas. Esta atitude despertou a desconfiança do povo mineiro, que o elegeu para cuidar de seus interesses, e está agora presenciando um governo de subserviência.

Classe - Qual o maior risco da privatização da

Usiminas?

Ivo - Como o governo não estabeleceu critérios para a venda da Usiminas, corre-se o risco do provável comprador não se interessar em investir na empresa, levando-a ao sucateamento em pouco menos de cinco anos. Como o valor de venda é irrisório e não necessita de moeda forte, o provável comprador poderá tentar extrair da empresa o máximo de seu rendimento, possibilitando o enriquecimento rápido, mas deixando mais pobres inúmeras famílias de trabalhadores. Levando ao desemprego outras milhares de pessoas e reduzindo até mesmo os impostos hoje pagos aos órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

Este é um grande risco e não pode ser descartado, já que o governo, preocupado em executar a sua política neo-liberal, não se interessa pelo futuro dos trabalhadores, mas apenas em estimular o investimento estrangeiro e aumentar a dependência econômica do país.

cruzados bloqueados e, o que é mais importante, poderá ser acionado o mecanismo da conversão da dívida externa.

O governo passa por cima de toda a polêmica que gira em torno da questão da dívida externa a qual, segundo a opinião das forças progressistas da nação, não deve ser paga, e oferece o patrimônio público nacional em contrapartida de certificados dessa dívida. É a "sopa no mel" para os banqueiros estrangeiros.

De imediato começaram a se articular consórcios para a compra da Usiminas. O Banco Holandês, associado ao Banco Real e uma instituição européia de investimento, cujo nome não foi revelado e a bancos americanos e japoneses, anunciou que pretende levantar US\$ 1 bilhão para entrar na disputa. Também lideram consórcios o Banco Bozzano Simonsen, o Bradesco e o Banco Itaú juntos, a Belgo Mineira, entre outros. Há um especial interesse de grupos japoneses que já controlam aproximadamente 13% do capital da empresa.

Soberania ameaçada

Pela forma como vem se processando a privatização da Usiminas, pode-se deduzir que o plano de desestatização proposto pelo governo Collor é, na realidade, um festival de entreguismo. Concretizada a primeira doação pretende-se passar imediatamente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), à Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), no Espírito Santo, à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Acesita e Açominas. Praticamente todo o parque siderúrgico nacional passaria às mãos de grandes grupos de capitalistas encaixados, seguramente, pelo sistema financeiro internacional. Por um acordo já estabelecido com a Siderbrás, a Kawasaki japonesa e a Finsider italiana detêm o direito de preferência para subscrever 90% das novas ações da CST.

A siderurgia estatal brasileira desenvolveu-se a partir da criação da CSN na década de 50, e ocupa hoje um lugar importante no cenário internacional. É uma produção diversificada que está em torno de 25 milhões de toneladas de aço por ano. Mesmo sendo o Estado brasileiro, por sua natureza, capitalista, num país dependente como o nosso, a existência de um setor estatal em setores-chaves da economia joga um papel importante na soberania nacional.

Acontece que, na nova situação do capitalismo internacional, onde a exportação de capitais, quer sob a forma de empréstimos ou investimentos, se multiplica, e a economia vai se internacionalizando mais e mais, é uma questão de sobrevivência para o imperialismo quebrar certas barreiras nacionais.

O processo de privatização brasileiro - e o governo Collor pretende ir muito além da siderurgia - se enquadra nessa situação. Integração ao primeiro mundo significa em verdade o atrelamento completo da economia nacional aos interesses da oligarquia financeira internacional. Processo semelhante já está bem mais avançado no Chile e no México também por pressão das grandes potências capitalistas.

Cresce a indignação

A marcação da data do leilão, o preço e os mecanismos estabelecidos vêm despertando a consciência de diversos setores da sociedade brasileira para a necessidade de lutar para defender o patrimônio público e nacional.

Recentemente a Prefeitura Municipal de Ipatinga encomendou um estudo intitulado "Usiminas, privatizar pra quê?" onde se faz uma análise consubstanciada da empresa e das implicações de sua privatização. Na introdução o prefeito Chico Ferramenta propõe uma "campanha nacional de defesa da Usiminas, que foi construí-

da com o suor e o sangue de nossos trabalhadores e não pode ser entregue à sanha de grupos privados, certamente estrangeiros". Além disso a Prefeitura espalhou *out-dors* pela cidade alertando a população.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte na semana passada aprovou uma moção de repúdio à privatização. Também na capital mineira está previsto para essa sexta-feira, 14 de junho, o lançamento do Comitê de Defesa da Usiminas que pretende organizar ampla campanha sob o lema: "A Usiminas é Nossa!" Segundo informações do vereador Sérgio Miranda (PCdoB/BH) desse fórum devem participar não só os partidos de esquerda e entidades do movimento sindical e popular mas também personalidades e forças políticas que defendem o patrimônio público brasileiro e mineiro. O objetivo é fazer um grande movimento que ganhe as ruas e consiga barrar a privatização.

Num momento dramático como esse é bom que todos os democratas e patriotas se lembrem do Massacre de Ipatinga, ocorrido há quase 30 anos, quando perto de uma cenetena de operários da usina, que lutavam por melhores condições de trabalho, tombaram assassinados pela Polícia Militar. Foram eles e milhares de outros trabalhadores que ergueram a Usiminas. Esse esforço deve ser preservado.

Dilermando Toni

Clima de terror em Ipatinga

A Siderúrgica Usiminas está localizada em Ipatinga a cerca de 200 Km de Belo Horizonte. A cidade, administrada atualmente por Chico Ferramenta, do PT, tem cerca de 220 mil habitantes e está ao lado de Coronel Fabriciano e Timóteo, onde funciona a Acesita, que produz aço inoxidável. As três cidades formam a região conhecida como Vale do Aço mineiro.

A Usiminas exerce um controle rigoroso sobre os trabalhadores e a população de Ipatinga em geral. Para isso dispõe de um vasto e temido serviço de informações, com investigadores dentro da usina e em cada quarteirão da cidade. Toda e qualquer manifestação de descontentamento é comunicada à direção da empresa e as pessoas denunciadas perdem o emprego sumariamente, tendo então que mudar de cidade. É particularmente acirrada a pressão na

época da disputa eleitoral do sindicato dos metalúrgicos - Sindipa, cuja diretoria, de há muito, é controlada pela empresa.

Em 85 e em 88 as eleições do Sindipa envolveram de um lado chapas da usina e de outro a oposição, organizada na CUT-Ferramenta. Nessas pleitos as chapas da empresa se uniram no segundo turno e conseguiram derrotar a oposição. Em maio desse ano a história voltou a se repetir. Só que as pressões foram ainda maiores, pois a direção da usina e o governo Collor não desejavam nenhum obstáculo dos trabalhadores à privatização. Foi eleito o representante local de Luis Medeiros, Luis Carlos de Miranda, popularmente conhecido como "Pelego Boca-Roxa" que se limita a propor uma representação dos trabalhadores na direção da empresa privatizada.

Poucas e Boas

Uma expressiva vitória. É como os metroviários de São Paulo classificam o resultado da campanha salarial de maio, quando realizaram uma greve de 4 dias e arrancaram reajustes salariais de 56% em maio e 10% em junho. A greve da categoria foi ponta de lança da greve geral em São Paulo (começou um dia antes, 21 de maio, e terminou um dia depois, 24).

"Além das vitórias econômicas - como a cesta básica gratuita para os metroviários, destacamos também o grande avanço jurídico. Com nossa greve foi criada a jurisprudência para greves nos setores chamados essenciais. De acordo com sentença judicial, nosso sindicato indicou os funcionários que operaram os trens do metrô no esquema de emergência. "Com isso, ficou garantida a legalidade da greve", explica o presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Wagner Gomes.

No dia três próximo passado, foi realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo um ato de desagravo e solidariedade a Jair Meneghelli, presidente da CUT. Após a vitoriosa greve geral de 22 e 23 de maio, a CUT e Meneghelli passaram a ser alvo de intensa campanha difamatória por parte da grande imprensa, da TV e outros veículos de comunicação, objetivando atacar a greve vitoriosa e desmoralizar Meneghelli pelo seu papel na condução da mesma.

O ato contou com a presença de expressivas lideranças sindicais e políticas. O PCdoB se fez representar e o deputado Jamil Murad, ao prestar solidariedade e apoio a Jair Meneghelli, destacou o papel positivo que a CUT teve ao dirigir a greve geral.

O deputado Jamil Murad requereu na Assembleia Legislativa de São Paulo, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar e investigar denúncias de violência física praticadas contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. Através desta iniciativa, o deputado comunista não medirá forças para investigar, incriminar e punir os responsáveis pelo extermínio de menores e violações dos direitos da criança e do adolescente.

"Amazônia, meio ambiente e nossa soberania", é o tema do seminário que será promovido pelo gabinete da deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA) entre os dias 28 e 30 de junho em Brasília. Ocorrerão palestras, mesas-redondas e debates em torno das questões energética, agrária, urbana, os grandes projetos e ecologia na região amazônica. O objetivo do seminário é contribuir para a elaboração de uma política que permita às forças progressistas uma melhor intervenção nesse processo.

Com a presença de mais de 700 pessoas, representantes de moradores dos bairros populares da Zona Sul de São Paulo, realizou-se no último dia 2 Assembleia Popular do movimento de moradores da Zona Sul, por iniciativa do vereador Vital Nolasco, do deputado estadual Jamil Murad, do deputado federal Aldo Rebelo e do comitê distrital do PCdoB na área. O evento foi marcado pela combatividade e aprovou um documento contendo as principais reivindicações da população da Zona Sul de São Paulo. A assembleia popular da Zona Sul responsabilizou o governo Collor pela grave crise do país e não poupou de críticas a Administração Municipal da prefeita Luiza Erundina que "adã a tomada de decisões sob o pretexto da falta de recursos e não realiza obras em benefício da população".

Em São Paulo mais de 3 mil teses de cada tema do 8º Congresso já foram distribuídas. Vários diretórios municipais e distritais iniciaram uma série de atividades de estudo e debates. Os meses de junho e julho já estão repletos de programação, que vai desde um debate de lançamento do Congresso em Presidente Prudente, com o deputado federal Aldo Rebelo, até a promoção do Diretório Distrital de Santo Amaro, região operária da capital, de quatro debates todas as sextas feiras que culminará com uma grande palestra de João Amazonas em julho.

O Diretório Regional do PCdoB em São Paulo organizou a Rede-texto, uma coletânea mensal de artigos e textos publicados na imprensa, em revistas teóricas e por outras forças políticas que dêem respeito às polêmicas travadas na sociedade em torno dos temas que serão abordados no 8º Congresso. A Rede-texto é enviada para 250 dirigentes partidários no estado.

Está em fase de discussão no partido em São Paulo a proposta de constituição de grupos de interesses e estudo sobre questões relevantes que surgem do debate das teses nacionais e que necessitam maior aprofundamento com o objetivo de incentivar a discussão e a pesquisa e organizar seminários que contem com a presença inclusive de estudiosos de fora das fileiras partidárias.

Após a explanação de Luiz Fernandes no ato de lançamento do Congresso do PCdoB no Rio de Janeiro, o ex-reitor da URRI, Horácio Macedo, usou da palavra. Salientou suas divergências com o partido em que milita, o PCB, demonstrou concordância com a maioria das colocações de Luiz Fernandes e desejou êxito ao PCdoB na realização do 8º Congresso.

Pelo Mundo

A China tenta adaptar sua política externa à nova situação internacional. Em entrevista ao jornal japonês "Chunichi Shimbun", reproduzida pelo semanário em línguas estrangeiras "Beijing Informa", o secretário geral do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, qualifica a atual situação no mundo como "complicada e cambiante". Segundo ele, os fatos demonstraram que não era correta a afirmação de que o mundo estaria tranquilo com o relaxamento das relações norte-americano-soviéticas e as drásticas mudanças na Europa. O exemplo maior disso, na sua opinião, foi a guerra do Golfo. Jiang Zemin acredita que o mundo de hoje enfrenta muitos problemas, com a existência de conflitos regionais e a possibilidade de que se produzam incidentes.

Referindo-se às relações com os Estados Unidos, o secretário geral do PCCh diz que experimentaram um processo tortuoso. Em sua avaliação, foram relativamente boas e se desenvolveram normalmente no período de 1979 a 1989. Mas, segundo ele, depois de 4 de junho (Tiananmen), as relações sino-norte americanas não foram tão boas. Com o Japão, as relações da China registraram um grande desenvolvimento nos últimos vinte anos. Para Jiang Zemin, desde que a China começou a executar reformas e a abertura para o exterior, ambos os países obtiveram notáveis êxitos na sua cooperação econômica. O dirigente chinês considera que estas relações também foram afetadas depois do 4 de junho, mas na atualidade estão restauradas no fundamental.

Nos dias 21, 22, e 23 de junho realiza-se em São Paulo o 3º Encontro Latino-americano e do Caribe pela Solidariedade, Soberania, Autodeterminação e vida de nossos Povos. Organizado pelo Comitê Brasileiro, que reúne os partidos progressistas e as principais entidades representativas da sociedade civil, o encontro terá como eixos temáticos o balanço histórico dos 500 anos de colonização da América, a situação atual e as perspectivas políticas e econômicas do continente latino-americano, as lutas e a solidariedade entre os povos. O comitê organizador prevê a participação de cerca de 200 entidades.

Pela quarta vez consecutiva em apenas dois meses, a sede da Associação de Madres da Plaza de Mayo em Buenos Aires foi assaltada por pessoas que entre outras coisas levaram um computador com um jogo completo de disquetes que armazenavam dados sobre os campos de concentração clandestinos que funcionaram na Argentina durante o período da ditadura militar. A titular da entidade, Sra. Hebe de Bonafini, responsabilizou o governo Menem, especialmente o ministro do Interior Julio Mera Figueroa, que a entidade acusa de ter vínculos com os autores dos atentados. Hebe de Bonafini diz que apesar dessas perseguições, "agora mais do que nunca a luta vai continuar".

Ávidos por impor uma "nova ordem internacional" baseado no velho e decadente pressuposto de sua própria hegemonia, o imperialismo norte-americano vem desencadeando uma forte ofensiva no campo diplomático e político em todo o mundo, procurando influenciar a solução de velhos conflitos segundo seus interesses e, até agora, contando com a convicção e apoio das atuais lideranças soviéticas. A paz de Angola, entre o governo dirigido pelo MPLA e a reacionária Unita, grupo guerrilheiro financiado pelos EUA, foi feita sob a supervisão ianque; mesmo na Etiópia, cujo governo passou para as mãos das forças rebeldes, a Casa Branca tratou de enfiar o dedo; no Oriente Médio são os EUA que estabelecem a "nova ordem" pós-guerra e as pressões sobre Cuba, que segundo Bush deve convocar "eleições livres e pluripartidárias", estão se elevando. Já houve quem classificasse o atual momento histórico de "o minuto norte-americano" e, de fato, não é prudente esperar que ele dure muito mais que isto.

Uma base militar norte-americana nas Filipinas está seriamente ameaçada. Não por manifestações populares, embora não sejam poucas as vezes em que milhares de filipinos saem às ruas exigindo um basta à presença militar ianque em seu país. A base aérea Clark está ameaçada pelo vulcão Pinatubo, que entrou em erupção dia 11. A instalação norte-americana está localizada a 20 quilômetros do vulcão e corre o risco de ser soterrada pela lava. Cerca de 14,5 mil americanos já foram retirados de Clark e transferidos para a base naval da baía Subic, enquanto um grupo de filipinos armados com machados tentava invadir a base.

O imperialismo caminha para novos e maiores confrontos

Há poucos dias Washington e Nova York foram transformadas em palcos de grandes e pomposas paradas militares, mobilizadas a pretexto de comemoração pela imposição da "Pax americana" no Golfo. Embora noticiados em geral com invulgar superficialidade pela nossa grande imprensa, tais acontecimentos são bem sintomáticos sobre as tendências do nosso tempo. Não é só por festa que as classes dominantes norte-americanas procuram inculcar e exacerbar a xenofobia entre as massas.

Já está em marcha a preparação de novos e grandes confrontos armados pelo imperialismo. Isto foi observado durante a última reunião da Direção Nacional do PCdoB, realizada dias 8 e 9, pelo seu presidente, João Amazonas. Os fatos da política e da diplomacia mundial refletem este movimento, que configura a mais importante tendência da atualidade histórica e cujos sinais vão se delineando e tornando-se a cada dia mais nítidos.

O capitalismo não mudou sua essência nem muito menos amenizou as contradições que conduzem objetivamente à guerra, conforme foi fartamente demonstrado pela história deste século (e, em particular, nos dois grandes conflitos mundiais). De acordo com Amazonas é preciso levar em conta este fato para compreender a direção em que se orienta o sistema imperialista.

Presencia-se um agravamento das contradições, um acirramento da concorrência entre as potências. Destaca-se a difícil e contraditória situação dos Estados Unidos. Se de um lado o país confirma a hegemonia no plano diplomático e militar, de outro prevalece o processo de decadência econômica e perda de força relativa neste campo em comparação com o desenvolvimento de outras potências que emergiram nas últimas décadas, sobretudo o Japão.

A intenção das classes dominantes norte-americanas de perenizar a hegemonia conquistada no curso da Segun-



O general Schwarzkopf bravateava sobre a guerra no Golfo em uma Igreja de Nova York, dia 10. Ficou com esta cara quando um manifestante gritou: "Há assassinos nesta catedral".

da Guerra, sob a justificativa falsa de criação de uma "nova ordem internacional", produz desequilíbrios que não parecem sustentáveis pacificamente a médio prazo. Não corresponde à alteração dos poderes relativos entre as potências e torna mais agressiva a luta pelo domínio do mundo.

Já se notam, assegura João Amazonas, vários sinais de que o imperialismo está pavimentando o caminho para grandes conflitos bélicos e de que a terceira guerra mundial está em gestação. "As estratégias de domínio mundial já foram delimitadas", diz, acrescentando que os movimentos, no sentido de fortalecer velhas alianças e realizar novas, contaminam toda a diplomacia mundial, salientando-se a ousadia e ofensiva do imperialismo ianque - no Oriente Médio, na África e em outras regiões do planeta.

Das contradições inter-imperialistas tem ganho maior relevo a que se desenvolve entre Estados Unidos e Japão. Este último elevou-se à condição de maior potência financeira do globo no decorrer da década de 80, fato que vem rearmando a ambição e o espírito guerreiro das classes dominantes nipônicas (de consequências históricas previsíveis) e cujos reflexos sobre a diplomacia já são sensíveis.

A preparação da guerra in-

ter-imperialista ocorre num momento delicado para os comunistas, caracterizado pela crise do socialismo, mas nem por isto é menos digna de nota. Segundo as observações de Amazonas os marxistas defrontam-se hoje com uma realidade análoga àquelas que antecederam as duas grandes guerras.

Nas duas ocasiões, os revolucionários mostraram notável capacidade de prever a marcha dos acontecimentos históricos, na primeira a guerra foi denunciada pelo congresso da II Internacional realizado em 1912 na cidade de Basileia, dois anos antes de ser deflagrada; e já em 1935 reuniu-se o 7º Congresso da III Internacional, que verificou a preparação da Segunda Guerra e orientou a classe operária para a formação de frentes amplas contra o nazi-fascismo.

Os preparativos para o confronto serão o principal motor da conjuntura política em todos os países do globo, também o Brasil não estará alheio aos seus desdobramentos. A guerra, que nesta altura da história traz a perspectiva de uma mais completa barbárie, só poderá ser evitada pela revolução. Neste contexto, a luta anti-imperialista assume uma importância enorme e é preciso que todas as forças progressistas da sociedade se conscientizem e se preparem para os próximos confrontos que estão a caminho.

8º Congresso será em janeiro de 92

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em sua reunião de 8 a 10 deste mês, decidiu alterar a data da realização do 8º Congresso do Partido, tendo em vista espaçar mais o tempo da discussão das questões em pauta. O Congresso será realizado de 20 a 25 de janeiro, em São Paulo. Sendo assim, a *Tribuna de Debates* circulará de agosto a dezembro deste ano.

Em todas as 27 capitais brasileiras foram realizados lançamentos do 8º Congresso do PCdoB, agora confirmado para janeiro de 1992, acompanhados de debates sobre as teses sobre socialismo, questões nacionais e internacionais e a organização do partido.

Os atos foram marcados por expressiva participação de militantes, simpatizantes e ativistas das lutas populares, inclusive de outros partidos. Em Recife, Pernambuco, o lançamento ocorreu no auditório do Sindicato dos Jornalistas, dia 27 de maio, com a participação de 150 pessoas e a presença de Aldo Arantes, membro da Direção Nacional do PCdoB. Na ocasião uma destacada liderança do PT, Alcindo, diretor do Sindicato dos Bancários, decidiu filiar-se à organização comunista.

Em Maceió, 300 populares lotaram o auditório da OAB para o lançamento, realizado com a presença de Rogério Lustosa, da Direção Nacional do partido. Compareceram três vereadores representando o PSDB, PSB e PMDB. No próprio ato público, 40 novos militantes foram recrutados para o partido, inclusive o líder sindical Sobral, primeiro secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Em Brasília, o lançamento foi feito com a participação de João Amazonas, no auditório do Sindicato dos Professores (Sinpro), tendo reunido cerca de 400 pessoas e deputados distritais do PSDB e do PT.

Em Minas Gerais, dia 9, o ato se deu na Faculdade de Direito, com a presença de 300 pessoas e a participação do presidente nacional do partido. Membros das executivas do PT, PSB e PSDB também compareceram.

Em Aracaju os debates se prolongaram até as 23h45m, tal o inte-



João Amazonas fala durante o lançamento do 8º Congresso em Belo Horizonte

resse das 150 pessoas que participaram do lançamento, com a presença de Rogério Lustosa e representantes do PT, PDT, PV, o candidato a governador nas eleições de 1990, José Teixeira e sindicalistas, dia 16 de maio.

Em Natal, o membro da Direção Nacional do PCdoB, Luciano Siqueira, abriu o debate sobre as teses com cerca de 150 pessoas no Sindicato dos Farmacêuticos, dando início a um seminário com os temas das teses ao 8º Congresso.

Lançamentos em São Paulo e no Rio

Foi no dia 10 de maio, na Assembleia Legislativa de São Paulo, que se realizou o ato de lançamento do 8º Congresso, com a presença de 300 pessoas e representantes de várias forças políticas. João Amazonas falou na ocasião expondo as idéias sobre a crise do socialismo. Outros oradores o sucederam na defesa do socialismo, como o deputado estadual do PSB, Gilson Menezes, o represen-

tante do PT, Perseu Abramo, o vice-prefeito de São Paulo, Luís Eduardo Greenhalg, o ex-deputado federal João Herrmann e o representante do Movimento dos Sem Terra, José Rainha. Saudaram ainda o 8º Congresso um representante do PCB e do vereador da capital sem partido, Júlio César Caligiuri. A mesa recebeu dezenas de telegramas, entre eles o da prefeita da Santos, Telma de Souza, e do deputado federal do PT, Florestan Fernandes, que nos enviou palavras encorajadoras: "Na impossibilidade de comparecer, envio aos companheiros minha solidariedade política e ideológica. O tempo não pára. O socialismo mora, vive e cresce no PCdoB".

O envolvimento das forças políticas realmente comprometidas com as transformações sociais e dos democratas e progressistas foi também a tônica do ato público promovido, no último dia 28 de maio, no campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelo

Comitê Regional do PCdoB, tendo em vista a convocação do 8º Congresso. Com a presença de trabalhadores, políticos, professores e estudantes universitários e muitas lideranças comunitárias e sindicais o evento deflagrou, com bastante representatividade política, o processo de realização do Congresso do Partido.

O Congresso em Marcha

Com os lançamentos públicos dos documentos básicos elaborados pelo Comitê Central iniciou-se a primeira fase do 8º Congresso.

Pelas circunstâncias especiais para que foi convocado, este Congresso debaterá: as questões teóricas referentes à perspectiva para o socialismo, a nova situação internacional que vai se conformando; a repercussão destes fatos na realidade nacional e suas consequências para a luta revolucionária no Brasil: a experiência histórica da construção do partido comunista marxista-leninista, as vitórias e os erros cometidos na sua trajetória.

Com o objetivo de garantir uma participação real e não formal dos militantes e filiados em todo o processo do 8º Congresso, Dynéas Aguiar, secretário-geral do partido, assegura que "torna-se necessário que os órgãos dirigentes do Partido, em todos os níveis, orientem sua atividade visando permitir que os documentos básicos cheguem às mãos dos militantes, filiados e amigos."

De fato, com a mudança da data para janeiro, os Comitês Regionais terão um tempo maior para fazer um planejamento mais abrangente dos debates preparatórios nesta primeira fase do 8º Congresso, de forma a permitir a ampla mobilização dos militantes e filiados tanto na capital como nas cidades do interior, em particular, nas que realizaram recentemente as Convenções Municipais.

"Do ponto de vista organizativo, aponta Dynéas, "o nosso esforço deve se orientar para que a participação dos militantes e filiados não seja feita de forma espontânea e voluntarista. A mobilização dos militantes e filiados deve ser uma forma consciente da atividade dos dirigentes das Organizações de Base. Assim agindo, o processo de preparação do Congresso servirá como importante fator para garantirmos uma vida orgânica mais permanente às nossas bases".

Retificação

Em relação às teses, duas retificações se impõem: a primeira, na tese "A Luta pelo Socialismo Científico", na página 6, sétima linha, onde se lê: "O proletariado sofreu uma 3ª derrota...", leia-se: "O proletariado sofreu uma derrota...". A segunda modificação necessária é na parte final das teses, onde o material que aparece sob o título de "Bibliografia", na verdade são indicações para estudo, consulta e aprofundamento das questões ali tratadas.

Finanças: questão-chave para o congresso

O 8º Congresso do PCdoB deve ser um momento de ampla mobilização e organização do Partido para estudar e debater as teses e, como consequência, defender o marxismo-leninismo, o socialismo científico.

Este Congresso será um momento histórico, de grandes decisões e reafirmação da defesa do socialismo. Para isso, será preciso um movimento de grande envergadura que deverá contar com a ativa participação de cada militante e filiado, desde as reuniões nas bases - estejam elas onde estiverem - até a fase final na grande plenária. Tudo isto acarretará custo altíssimo e exigirá esforço, consciência e determinação de

todos dirigentes e militantes do PCdoB.

Não basta planejar! É preciso ter canais e métodos para fazer fluir nas fileiras partidárias a campanha de finanças, romper com métodos burocráticos e mergulhar fundo no contato direto com todos os organismos, militantes, amigos, simpatizantes e aliados mobilizando-os e convencendo-os a, junto com a Direção, levantar os recursos financeiros necessários para garantir todas as fases do 8º Congresso. É preciso lembrar também que estão em curso muitas outras tarefas, ações e necessidades do cotidiano. É bom lembrar que estamos elaborando desde já o programa

nacional de rádio e TV que irá ao ar em agosto.

O avanço da prática democrática indica a necessidade de ligação cada vez mais estreita entre o Partido e as massas. A tarefa de finanças é um dos elos que permite esta ligação desde que haja por parte das Direções confiança e ousadia na mobilização das organizações partidárias para que estas se joguem no planejamento e realização de ações de finanças com as massas tais como: festas, shows, bingo, rifas, entre outras.

Os amigos e simpatizantes devem ser convidados a tomar parte nestas atividades e apoiar firmemente na realização

deste 8º Congresso. Os parlamentares do PCdoB podem utilizar as teses como instrumento de divulgação e arrecadação de finanças entre outros parlamentares e bancadas desde o Congresso Nacional até a mais distante Câmara Municipal.

Se é verdadeira a afirmação de que o papel do PCdoB só será corretamente cumprido se for um partido de luta, de ampla ação política de massas, é imediata a necessidade de fazer com que filiados, militantes e dirigentes revertam o quadro sombrio das finanças e façam do 8º Congresso uma grande e expressiva

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: Dilermando Toni
Redação: Umberto Martins
Diagramação: José Luís Munuera
Composição, revisão e arte final: Computare
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531 e 36-0412
Telex: 11-32133
Fax: (011) 36-4104



"É preciso reestruturar a UNE"

Patrícia de Angelis, 22 anos, é a nova presidente da União Nacional dos Estudantes, eleita no 41º Congresso da entidade, realizado em Campinas dias 1º e 2 de junho. Cursando o 6º período de Ciências Sociais na UFRGS, ela é coordenadora estadual da UJS no Rio Grande do Sul, diz apreciar muito a música, gosta de escrever poesias e é comprometida com a luta da mulher. Em entrevista à *Classe Operária*, Patrícia opina sobre o último congresso da UNE e a situação do movimento estudantil no país.

Classe - Como foi o Congresso da UNE, realizado em Campinas?

Patrícia - O Congresso teve uma particularidade fundamental se compararmos ao antecedente, o de Brasília, do qual participei: este foi mais polêmico, nele ocorreu um processo de intenso debate. Os grupos de discussão foram mais ativos. Suas resoluções são um instrumento importante na mão do movimento estudantil para que a gente consiga fortalecer nossa entidade e enfrentar a política *collor* de privatização das universidades.

Classe - Quantos estudantes compareceram ao Congresso, delegados e convidados?

Patrícia - Delegados uns

2.500 e um número total de 5.000 estudantes. Uma grande maioria constituída de estudantes que vieram pela primeira vez a um Congresso, delegados de base eleitos com uma posição política não vinculada diretamente a nenhuma corrente.

Classe - Em torno de quê giraram os debates?

Patrícia - Me parece que a principal polêmica se deu em torno da proposta de reestruturação do movimento estudantil. Todas as questões relacionadas à luta na universidade foram muito debatidas, principalmente nos grupos. Discutimos também questões mais amplas relacionadas à conjuntura política nacional e internacional, mas os temas relativos à universidade contaram com maior participação e contribuições originais.

Classe - Em linhas gerais, como está a situação da universidade brasileira?

Patrícia - A universidade brasileira sofreu um revés muito profundo durante a ditadura militar com a ampliação de vagas fundamentalmente na rede privada. Isto causou um processo de elitização do ensino público a nível superior muito grande. Por isto, hoje 70% dos estudantes universitários estudam em escolas particulares. E pagam pesadas mensalidades por um ensino de baixíssima qualidade, sendo que as universidades particulares não oferecem cursos de pós-gradua-



O Congresso que elegeu Patrícia contou com 5 mil participantes

ção, não têm trabalho de extensão, o próprio currículo é defasado. Collor quer desmontar a universidade pública, que é onde, apesar de tudo, ainda se realizam 90% das pesquisas brasileiras.

Essa política leva o país a uma subordinação muito grande do ponto de vista da produção científica e tecnológica. É como se diz, tecnologia é poder, se não produzimos caímos na dependência das potências. Collor pretende aprofundar o processo de privatização e, ao mesmo tempo, golpear a autonomia das universidades.

Classe - E como fica a UNE diante disso?

Patrícia - A proposta da tendência que eu represento e que foi vitoriosa no Congresso, "A

Universidade nos tempos do Collor", prevê para o movimento estudantil a formulação de uma nova mentalidade. Nós temos a idéia de construir um movimento estudantil realmente voltado para os estudantes. A UNE não deve mais ser, como tem sido, uma possessão das correntes políticas. Nossas grandes bandeiras são a luta pelo ensino público e gratuito e a luta por uma UNE dos estudantes.

Classe - Agora que a diretoria foi eleita o objetivo é trabalhar para fortalecer a entidade em unidade com todos os estudantes?

Patrícia - É preciso que a diretoria da UNE tenha uma unidade de atuação para que consiga representar o conjunto dos estudantes. Nós temos na direto-

ria da UNE estudantes filiados a diversos partidos, do PCdoB, PSB, J-R8, do PDT, PT, das diversas correntes do PT inclusive, independentes, que não são filiados a nenhuma corrente política, o que para nós é um salto de qualidade que reflete a diversidade de opiniões que existe no meio estudantil.

Classe - Em relação ao trabalho imediato, quais são as principais bandeiras que vocês vão encampar?

Patrícia - A primeira questão refere-se à LDB. Vai ser votada nos próximos meses pelo Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Básicas para a Educação. Está se travando polêmica muito interessante e a defesa da escola pública vai se dar neste debate. Nós temos uma preocupação grande em organizar alguma coisa da UNE na próxima reunião da SBPC. Preocupa-nos também a questão da Primeira Amostra Cultural e Artística da UNE, um momento de apresentações culturais, onde os estudantes possam trazer aquilo que eles sabem e gostam de fazer em termos artísticos e culturais. Dança, música, teatro, cinema, fazer uma feira interessante que reúna intelectuais comprometidos com nossa luta. Também temos a idéia de realizar o Terceiro Encontro Nacional da Mulher Universitária. Queremos organizar também os Jogos Universitários Brasileiros. Acho que é um pouco por aí.

Atentado à unicidade dos sindicatos

Aldo Rebelo*

O Congresso Nacional prepara-se para votar, nos próximos dias, o projeto de lei nº 821/91, enviado pelo Palácio do Planalto a pretexto de "regulamentar" o dispositivo constitucional que trata da organização sindical.

Ocorre que, ao contrário do que anunciam seus porta-vozes, o projeto do governo levará, se aprovado, à revogação na prática do artigo 8º da Constituição, que consagra a liberdade, a autonomia e a unicidade dos sindicatos. De quebra, submeterá os assalariados à ditadura patronal no interior das empresas, e liquidará direitos conquistados ao longo de décadas.

A Constituição garante, no artigo citado, que "é livre a associação sindical", que "a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicato" e que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria". Para proteger as entidades dos trabalhadores da pulverização desejada pelos patrões, assegura ainda que "é vedada a criação de mais de uma organização sindical (...) na mesma base territorial". Embora o fato esteja merecendo pouca atenção da maior parte dos jornais, todas estas garantias estão ameaçadas pelo projeto 821.

Ele cria, em primeiro lugar, a esdrúxula exigência de que os sindicatos depositem "certidão de assentamento no Ministério do Trabalho" para que esteja assegurada seu credenciamento como representante legal da categoria" (art. 6º). Através deste dispositivo, claramente inconstitucional, o governo pretende reintroduzir sobre os trabalhadores uma tutela odiosa, que data do Estado Novo, e que a sociedade brasileira julgava definitivamente afastada após a reconquista da democracia.

O pior, contudo, ainda está por vir. Combinados com este dispositivo os artigos 7º e 9º dão aos patrões o poder absurdo de influir sobre a própria organização dos trabalhadores, criando condições para o fechamento de sindicatos combativos e sua substituição por entidades apelegadas, dóceis portanto aos interesses do empregado.

É que o projeto, que também aqui se opõe de forma aberta ao texto constitucional, admite a existência de mais de uma entidade sindical representando a mesma categoria na mesma base territorial. Se num município onde já existe um sindicato surgisse uma entidade paralela, esta poderia inclusive, após certo tempo, "substituir" a anterior, como "representante le-

gal da categoria". Bastaria que conseguisse reunir, pelo período de 6 meses, um número maior de associados.

Ora, a própria natureza das relações de produção submete os assalariados, no interior das empresas, à ditadura patronal. Se o Congresso aprovar o dispositivo proposto pelo governo estará aberto o caminho para que os empresários de qualquer categoria profissional, ao se desentenderem com o sindicato operário que os enfrenta de forma combativa, estimulem a criação de uma entidade sindical paralela e controlada por eles. Em seguida, esses empresários poderão passar a admitir em suas empresas apenas trabalhadores que concordarem em se filiar à entidade "de confiança", e mesmo a forçar os antigos empregados a se desligarem do sindicato combativo. Em pouco tempo, a "nova" associação terá reunido condições para obter, junto ao Ministério do Trabalho, a credencial para representar a categoria...

Os objetivos visados pelo governo com a proposta não tardam a surgir. O artigo 18º do projeto abre a possibilidade dos trabalhadores de uma empresa qual quer assinarem com seu patrão um acordo coletivo. E o artigo 12º permite, pela primeira vez na história jurídica do país, a "flexibi-

lização" de direitos, ou seja, a renúncia por parte dos trabalhadores a conquistas consagradas em lei. Caso aprovado, o dispositivo permitirá que as empresas pressionem seus funcionários, por exemplo, a assinar acordo aurindo mão da estabilidade para gestantes.

O projeto do governo é longo. Em seus 51 artigos há um número de ataques aos direitos dos trabalhadores que seria impossível descrever ao longo deste artigo. Como relator da matéria na Comissão de Trabalho da Câmara, elaborei um substitutivo que anula por completo os propósitos do Palácio do Planalto, e restaura os direitos à liberdade, autonomia e unicidade sindical. Um enorme esforço está sendo feito para somar em torno deste substitutivo as forças políticas com algum compromisso com a democracia. Mas só o movimento sindical brasileiro tem condições de garantir, através de ampla mobilização e pressão junto aos deputados, a derrota dos planos absurdos do governo.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
PCdoB